

Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)

Herausgegeben von / *Édité par*
Günter Holtus . Michael Metzeltin . Christian Schmitt

Band/Volume VI,2

Galegisch, Portugiesisch
Gallego, Português

Max Niemeyer Verlag
Tübingen 1994

457. Portugiesisch: Lexikographie

Lexicografia

1. Introdução
2. Lexicografia latinoportuguesa
3. O vocabulário de Bluteau
4. Lexicografia moderna monolíngue portuguesa
5. Lexicografia monolíngue dos séculos XIX e XX
6. Dicionários de especialização linguística e outros aspectos da lexicografia actual
7. Conclusão
8. Bibliografia

1. Introdução

A lexicografia começou a estruturar-se como disciplina linguística desde a primeira metade do século XVI, em vários centros humanísticos europeus. Foi inicialmente motivada pelas solicitações do ensino do latim como língua não materna, e encontrou na técnica tipográfica uma condição determinante para a sua configuração e difusão.

Podemos todavia recuar a gênese dos dicionários para as escolas medievais de latim. Desde o século XI produziu-se, sobretudo na Itália, uma espécie de pré-lexicografia que foi rapidamente divulgada entre as escolas monásticas de toda a Europa. Em Portugal conservam-se testemunhos manuscritos do *Elementarium* (c. 1050) de Papias, que pode ser considerado como o primeiro arquétipo dos dicionários modernos; do *Liber derivationum* (fins do séc. XII) de Hugucio de Pisa; do *Catholicon* (1286) de João Balbo; e de outros textos medievais com informação lexicográfica, essencialmente latina, mas que serviram de referência para o aparecimento dos primeiros glossários das línguas modernas (Verdelho 1988, 217).

A emergência da escrita entre os vernáculos europeus, desde a recuada Idade Média, paralelamente à escolarização do latim, deu naturalmente origem à dicionarização das línguas vulgares. Gerou-se em primeiro lugar uma espécie de lexicografia implícita que tecia os próprios textos e facilitava a compreensão do vocabulário característico da escrita, forçosamente mais amplo e menos quotidiano do que o da língua oral. Os textos que dão testemunho das primeiras tentativas do uso da escrita em vernáculo português e ainda quase toda a produção textual subsequente, até aos tempos modernos, vêm marcados por esse esforço metalinguístico de clarificação e autodescodificação, próximo da informação lexicográfica. Muitos textos medievais portugueses parecem ser construídos com a preocupação de

fornecerem um fácil acesso à significação do seu próprio léxico, apresentando um estilo parafrástico, enquadrado por muitas palavras redundantes e frequentemente entretecido por verdadeiras definições lexicográficas. Os exemplos mais elucidativos poderão recolher-se nos textos jurídicos de Afonso X, tais como as *Partidas* e o *Foro real* traduzidos do castelhano logo nos primeiros séculos da escrita em língua portuguesa (Ferreira 1980 e 1987).

Os textos da Casa de Avis, e muito especialmente o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, oferecem também bons exemplos do fundo pré-dicionarístico que acompanhou o início da memória textual portuguesa. O *Leal Conselheiro* apresenta-se mesmo como obra de tipo paralexigráfico nas declarações introdutórias do próprio autor: «E filhayo pour hũu A B C de lealdade» (Verdelho 1988, 276).

2. Lexicografia latino portuguesa

2.1. Glossários bilíngues medievais

O simples desenvolvimento do exercício da escrita não podia deixar de suscitar uma necessária reflexão gramatical e uma conseqüente produção metalinguística, com natural relevo para a elaboração de tipo lexicográfico. Juntamente com a emergência da escrita vernácula, o confronto com o latim, muito especialmente na instância escolar, deve ter provocado imediatamente o aparecimento de glossários e outros materiais de apoio à intercompreensão das duas línguas, exercitando a sua equivalência lexical.

A língua portuguesa, pelo menos desde o século XIII, ao mesmo tempo que tinha acesso à sistematização da escrita, começou a ser utilizada numa produção pré-lexicográfica, baseada em listagens glossarísticas medievais bilíngues (latim-vernáculo) que eram já utilizadas por outras línguas vulgares da Europa, desde a mais remota Idade Média, como auxiliares da escolarização do latim. Estes vocabulários escolares, preferencialmente baseados no «corpus» lexical do texto bíblico, eram organizados por áreas temáticas ou por categorias gramaticais e aproximavam-se já da ordenação alfabética (Riché 1979, 232).

Entre o espólio paleográfico português hoje conhecido, guarda-se apenas um pequeno texto residual e notícia de outro. É o pouco que resta do muito que poderá ter sido a pré-lexicografia medieval portuguesa. O documento conservado é um manuscrito alcobacense (códice CDIV/286), que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa e que foi publicado por Henry Carter (1953).

Compõe-se de uma listagem quase alfabética de cerca de 3000 verbos latinos, transcritos pelo início do séc. XIV, a que foram acrescentadas, por outra mão e eventualmente já no séc. XV, as formas equivalentes em português. O «corpus» lexical português apresenta cerca de 1100 verbos diferentes com um total aproximado de 3.000 ocorrências. É um documento importante para a história da técnica lexicográfica e sobretudo para a história da língua portuguesa (Verdelho 1988, 315-344).

Mais antigo do que este monumento da lexicografia portuguesa seria um «Vocabulario em 4º, que fora escripto pelos anos de 1170; ordenado por alfabeto dava as significações dos nomes Latinos em Portugues» (Boaventura 1827, 74). Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana* (1752) atribui mesmo a Frei Martinho de Arraiolos, «Monge cisterciense que floreceo no anno 1170», a autoria deste *Vocabularium alphabetica methodo digestum significatione nominum latinorum adhibita* e acrescenta «conserva-se na Biblioteca M. S. do Real Convento de Alcobaça» (1966, 439). O manuscrito era já lastimavelmente perdido quando Fr. Fortunato de São Boaventura se lhe refere em 1827.

2.2. As origens renascentistas da lexicografia portuguesa

2.2.1. Jerónimo Cardoso

A lexicografia da língua portuguesa, como a dos restantes vernáculos europeus, nasceu dos vocabulários bilingues que puseram em confronto o latim e as línguas vulgares. Por sua vez, a maior parte destes textos foram elaborados tomando como fontes de referência os grandes monumentos da lexicografia humanista e em especial: a obra de Nebrija (1492); o dicionário publicado a partir de 1502 sob o nome de Ambrósio Calepino; e o Tesouro da língua latina de Robert Estienne (1531). Os dicionários portugueses dos séculos XVI e XVII inserem-se também nesta genealogia lexicográfica, com especial dependência em relação aos textos de Nebrija e de Calepino.

Os dicionários do humanista Jerónimo Cardoso (c. 1500–c. 1569; cf. Teyssier 1980) especialmente o *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem* (1562) marcam o início da dicionarização da língua portuguesa. Neste dicionário Cardoso promoveu a primeira alfabetação do «corpus» lexical vernáculo e deu assim origem, com maior ou menor interferência, a todos os subsequentes dicionários do português, repercutindo-se efectivamente na técnica dicionarística, no levantamento das unidades lexicais, na referenciação do seu valor semântico, e na fixação da sua imagem ortográfica. A obra de Cardoso poderá ter sido precedida por outras tentativas de elaboração lexicográfica e de ordenação alfabética do vocabulário português, Temos notícia de um *Dictionarium Lusitanum et Latinum* atribuído a Francisco Sanches de Castilho (†1558) que estaria pronto para impressão à data do falecimento do autor. O nome do ortografista Duarte Nunes de Leão (c. 1530–c. 1608) aparece também associado a um «*Vocabulario Portuguez muy copioso com declaração da Origem de cada Vocabulo, e de que lingoa emanou*» (Machado 1965–1967, 738), e há ainda notícia vaga de outros manuscritos (Verdelho 1988, 603s.) mas até ao presente nenhum desses textos foi encontrado e não foi possível recuar para além de 1562 o início da alfabetação do português.

O pequeno dicionário de Cardoso deve ser assim considerado como o padrão inicial da lexicografia do português. Não obstante a modéstia das suas dimensões, oferece um «corpus» lexical interessante e muito significativo para a época, composto por cerca de 12.100 formas diferentes, distribuídas por um pouco mais de 12.000 entradas a que foram ainda acrescentadas 728 na segunda edição (1569).

Sendo embora um dicionário bilingue, apresenta, para além das equivalências latinas, uma abundante informação lexicográfica no respeitante à língua vernácula. Salientaremos alguns aspectos que exemplificam o esforço de elaboração de uma primeira metalexiconografia portuguesa.

– As entradas em português desdobram-se frequentemente em pares sinonímicos do tipo: *abafar cobrir...*, *abarregado s. amancebado*, *abater s. mingoar*, *abominar s. amaldiçoar*, *bisauoo ou bisdona*, *boaventura ou dita*.

– Alarga-se o âmbito da explicitação esclarecendo casos de polissemia ou salientando os valores semânticos determinados pelo contexto: *abito s. costume*, *Abito de frade ...*, *acordar-se... Acordar do sono... Acordar ao que dorme Acordar I. auer conselho...*

– Fornecem-se indicações de tipo gramatical:

Alemão...

Alemoa, molher d'Alemanha...

Alemanisca cousa...;

no âmbito da informação gramatical, podemos notar a indexação dos adjectivos pela partícula «cousa», utilizada com valor estritamente metalinguístico, servindo assim para destacar cerca de um milhar de adjectivos.

A obra lexicográfica de J. Cardoso deu origem, já em edição póstuma (1569/1570), a um conjunto dicionarístico, preparado por Sebastião Stockammer, onde se atestam cerca de 24.000 formas diferentes do fundo lexical português, inseridas num corpus bilingue, latino-português e português-latino. Este texto foi reeditado mais de uma dezena de vezes, até ao fim do século XVII, com algumas variações ortográficas, mas sem alterações significativas, no que respeita ao corpus linguístico português. Serviu de manual escolar e teve uma decisiva importância como fonte de referência para o vocabulário da língua vernácula durante uma longa sesquicentúria, até aos alvares do séc. XVIII, assistindo à leitura latina, facilitando a tradução e modelando a escrita portuguesa.

Nas origens da lexicografia portuguesa devem ainda incluir-se todos os restantes dicionários bilingues (latim-português e sobretudo português-latim) publicados até ao século XVIII.

O primeiro de entre eles, de Agostinho Barbosa (1590-1649; Barbosa 1611; edição única), para além do seu «corpus» latino ser autorizado, oferece muitos exemplos de acumulação sinonímica na parte portuguesa e uma frequente textualização das entradas, com prejuízo da ordenação alfabética («/Despontar, i. rebotar, ou desfazer, ou tirar a ponta ... /Despor, aliàs ordenar ... /Despor aruores ... /Desposição boa, i. saude. . . /Bem desposto, i. estar bem desposto, & ter saude ... /Bem desposta cousa, i. que tem saude ... /Mà ou roym desposição, aliàs pouca saude ... /Mal desposta cousa, aliàs doentia, & que tem pouca saude ... /Bem desposta cousa do corpo, aliàs bem feyta do corpo ... /Desposição do corpo ... »; col. 378).

Especial destaque, como fonte de referência para a fixação da nomenclatura lexical portuguesa, deve ser dado ao *Tesouro da língua portuguesa* (B. Pereira 1647, publicado juntamente com a *Prosódia* desde 1661), que regista, a partir da edição de 1697, mais de 20.000 entradas, prefigurando já toda a capacidade de inovação do vocabulário português moderno (Verdelho 1987). O *Tesouro* foi elaborado por Bento Pereira (1605–1681) no âmbito de uma verdadeira escola lexicográfica, mantida pela Companhia de Jesus, com base na Universidade de Évora. Além de um pequeno dicionário escolar publicado como anexo em várias edições da *Gramática* de Manuel Álvares, desde o final do séc. XVI, os Jesuítas confrontaram numa laboriosa investigação dicionarística as línguas latina, portuguesa e japonesa (*Dictionarium*, Amacusa 1595; *Vocabulário*, Nagasaki 1603). Publicaram também um volumoso dicionário de latim-português com o título de *Prosódia* (B. Pereira 1634) que teve numerosas edições até 1750, e publicaram ainda o *Indículo Universal* (cf. Franco 1716).

3. O vocabulário de Bluteau

Entre os vocabulários bilingues de origem renascentista e os dicionários monolingues modernos, situa-se a obra mais monumental da lexicografia portuguesa, o *Vocabulario Portuguez e Latino* (Bluteau 1712–1728) que ao longo de 10 volumes «in folio», confeccionados com especiosas encadernações e grande requinte tipográfico, recolhe um abundantíssimo corpus lexical português, com uma pormenorizada explicitação referencial e semântica. O latim é objecto de uma informação muito sumária e tão pouco significativa, no conjunto da obra, que pode ser considerada essencialmente monolingue. O autor, Rafael Bluteau (1638–1734) nasceu em Londres, de família francesa, teve formação francesa e italiana (doutorou-se em Roma), beneficiando de uma enriquecedora experiência de multilinguismo. Enviado para Portugal aos 30 anos como clérigo teatino aprendeu muito rapidamente a língua portuguesa e começou a usá-la numa intensa actividade oratória. Tornou-se um dos arautos do purismo e da normalização lexical e ortográfica (*Prosas portuguezas*; cf. Bluteau 1728). O *Vocabulario* vem também acompanhado por uma alargada reflexão de tipo teórico, apresentada em textos introdutórios e posfaciais em que se repercute o pensamento linguístico e a prática lexical da época. Entre outros aspectos salientaremos: a entronização das variedades lin-

guísticas «nobres» autorizadas pelos bons escritores e pelo prestígio da corte; uma certa relativização do nacionalismo linguístico (todas as línguas «tem singulares excellencias, & cada nação lhe parece o seu uidioma melhor de todos» – Prologo «ao leitor estrangeiro» –, Bluteau corrige a opinião da «maior parte dos estrangeiros» que então, na Europa, consideravam que o português não era «lingoa de por si», mas apenas uma «corrupçam do Castelhana» que não justificaria um investimento dicionarístico, e acrescenta: «As lingoas Portugueza & Castelhana são duas irmaans, que tem alguma semelhança entre si, como filhas da lingoa Latina; mas huma & outra logra a sua propria independencia & nobreza, porque nem do Portuguez se deriva o Castelhana, nem do Castelhana descende o Portuguez», ib.); o aproveitamento da tradição lexicográfica portuguesa («Neste exercício gloriosamente se ocuparam os Barbosas, os Cardosos, os Pereiras», ib.), juntamente com um amplo reconhecimento da bibliografia europeia da época, anotada num «Vocabulario de vocabularios» (Bluteau 1712–1728, *Suplemento*, vol. 2, 535-548); uma síntese crítica da teorização lexicográfica do tempo, com decidida opção por um modelo de dicionário autorizado, locupletíssimo (dando entrada a todas as terminologias técnicas e a um leque amplo de variedades – regionais, cronológicas e sócio-profissionais), mas sem perder as características de um dicionário essencialmente de língua, com recusa da informação específica dos dicionários de história e de nomes próprios. O *Vocabulário* actualizou e aumentou cinco vezes mais aproximadamente o «corpus» lexical português até então dicionarizado (Verdelho 1987, 163), e passou a constituir uma referência obrigatória e quase definitiva para toda a lexicografia subsequente. A melhor síntese crítica do *Vocabulário* encontra-se na «Planta» introdutória do *Diccionario* da Academia (1793), anteriormente apresentada pelo académico Pedro José da Fonseca em sessão publica no ano de 1780. Depois de louvar a obra e de a escolher como fonte privilegiada para o empreendimento da Academia, censura nela os pontos seguintes: «o titulo deste mesmo Vocabulario, a redundancia da sua prolixa erudição, a falta de innumeraveis vocabulos Portuguezes, e de autoridades, que na maior parte das suas accepções qualifiquem os mesmos, que traz, finalmente a má eleição dessas taes poucas autoridades sem crítica nem graduação (...) hum sem conto de definições ou explicações de termos por vários modos defeituosas, muitas etymologias erradas ou pouco seguras, havendo outras certas ou mais provaveis, e não menos citações de Autores Portuguezes impropriamente allegadas, ou em confirmação de significado, para que não servem, ou pelo modo viciado, com que estão transcritas; além de outros defeitos assàs notaveis ainda naquillo mesmo que directamente toca à lingoa Portugueza» (*Diccionario* 1793, III). Correspondendo a uma intenção do próprio Bluteau, e aproveitando materiais deixados, depois da sua morte, foi decidida a publicação de um *Complemento do Vocabulario portuguez* de Bluteau que chegou a ser parcialmente impresso sob a orientação e revisão de José Caetano (1690-post 1757). Todo esse material terá desaparecido, incinerado sob os escombros do terramoto de 1755. L. A. Verney considerando o vulto e a pouca funcionalidade do *Vocabulário*, sugeria, em 1747, que «seria necessário que algum homem douto abreviasse o *dicionário* do P. Bluteau e o reduzisse à grandeza de um tomo em folha, ou dois em 4º» (Verney 1949/1747, I, 128). António de Moraes Silva encarregar-se-ia desta tarefa.

4. *Lexicografia moderna monolingue portuguesa*

Na segunda metade do século XVIII e especialmente no fim do século, começaram a surgir os primeiros dicionários modernos monolingues portugueses. Num ambiente de verdadeira efervescência lexicográfica (em que se vinha desenvolvendo também uma nova lexicografia bilingue, que punha o português em contacto com as línguas europeias, nomeadamente o francês, o inglês e o italiano), são publicados os dicionários de Bernardo Bacelar (1783), de Moraes Silva (1789), da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793), a par de um conjunto

de vocabulários especiais, ortográficos (J. M. Madureira Feijó 1734/1739, 1781, etc.; L. Monte Carmelo 1767; J. P. Freire da Cunha 1769), de arcaísmos (Viterbo 1798/1799), de arabismos (Sousa 1789), e ainda outros expressamente orientados para o apoio à prática retórica e literária, dicionários poéticos (C. Lusitano 1765, *Diccionario Exegetico*, 1781), de sinónimos (Bluteau 1712–1728, *Suplemento*, vol. 2, Saraiva 1821–1828) e de rimas (Guerreiro 1784).

4.1. O franciscano Bernardo de Lima e Melo Bacelar (ou Bernardo de Jesus Maria c. 1736–p. 1787) usou pela primeira vez em Portugal o título moderno *Diccionario da língua portuguesa*. Trata-se, todavia, de uma obra falhada, que não contribuiu de modo apreciável para a modernização da lexicografia do português. O autor fundamentou o trabalho numa reflexão teórica que repercute o pensamento linguístico da época, valorizando a pesquisa lexical sobre todos os textos documentais do património excritural da língua, mas essa informação não transparece de modo nenhum ao longo do dicionário. Pelo contrário, não se fornece qualquer indicação textual ou histórica para o «corpus» recolhido, a não ser uma abundante e inconsistente etimologia grecizante, com base no pressuposto preliminarmente afirmado, de que o português tem a sua origem na língua grega. Esta perspectiva vicia grande parte da descrição etimológica e semântica do dicionário. O aspecto mais inovador encontra-se na tentativa de sistematizar a apresentação e ordenação da nomenclatura através de uma rigorosa segmentação morfémica. De resto, a obra apresenta ainda outras características que seriam muito louváveis (tais como a leveza e funcionalidade do volume e a abundância do «corpus», que se diz o mais copioso até então recolhido), se a selecção, fundamentação e redacção lexicográficas tivessem suficiente qualidade. O *Diccionario* de Bacelar, não obstante a sua originalidade, ocupa um lugar modesto e pouco lisonjeiro na história da lexicografia portuguesa.

4.2. António de Moraes Silva (1755–1824) é um nome predominante e tutelar na história da lexicografia portuguesa, a sua obra, em sucessivas reedições, acompanhou a língua de Portugal e do Brasil (Moraes Silva era natural do Rio de Janeiro), ao longo de dois séculos, como a mais importante referência para o uso lexical. Na sua primeira edição, o *Diccionario da língua portugueza* foi dado ao público em 1789 como se se tratasse de uma reedição actualizada e reduzida, de dez a dois volumes, da obra de Bluteau «composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por António de Moraes Silva»). Só na 2.^a edição (1813) Moraes Silva se atribui a plena autoria mas, na realidade, a identificação da sua autoria é incontestável desde a primeira edição. É uma obra muito diferente da de Bluteau na sua concepção, nos seus objectivos, no tratamento do «corpus» e até na própria fundamentação lexicográfica. Estamos perante o primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa. Moraes Silva elimina um pouco mais de um quarto das entradas de Bluteau, correspondentes à nomenclatura enciclopédica, onomástica e histórica do grande *Vocabulario*, e acrescenta aproximadamente um terço de entradas (cerca de 22.000) inteiramente novas, recolhidas em autores «portugueses castiços e de bom século pela maior parte», configurando assim, no espaço linguístico português, um modelo de dicionário de língua autorizado, com exclusão da informação bilingue e da informação histórica e enciclopédica em geral.

Pela boa doutrina e pela funcionalidade da apresentação, o *Diccionario* de Moraes Silva teve uma rápida e copiosíssima divulgação ainda em vida do autor, e depois, sempre sob a sua designação autoral, preencheu a mais importante sequência editorial dicionarística portuguesa (cf. 5). Tornou-se assim, um testemunho privilegiado da evolução do vocabulário português e simultaneamente um factor de referência e de padronização.

4.3. A Academia Real das Ciências de Lisboa, motivada, desde a sua instituição (1779), para os estudos da língua, determinou como um dos seus «utilísimos intentos, que a composição de hum Diccionario da mesma lingua fizesse parte dos seus primeiros trabalhos». Em sessão de 4 de Julho de 1780 foi apresentada a «Planta para se formar o Diccionario», e o primeiro tomo, que haveria de ficar único (com a nomenclatura começada por A-, terminando em «Azurrar»),

foi publicado em 1793. Entre os académicos que mais eficazmente participaram na sua composição, destacam-se Pedro José da Fonseca (1737?–1816), que fora já dicionarista encarregado de produzir os dicionários que deveriam substituir a *Prosodia*, suprimida pela reforma escolar pombalina, Bartolomeu Inácio Gorje (?), e Agostinho José da Costa de Macedo (1745–1822). O primeiro escreveu os textos introdutórios, onde se explicita o «desenho, a ordem, contextura e materia do Diccionario», e foi também o principal coordenador da selecção e do tratamento do «corpus»; o último foi o responsável «in totum» pela compilação e redacção do *Catalogo dos autores e obras que se lerão e de que se tomarão as autoridades para a composição do Diccionario da Lingoa Portuguesa*. Trata-se de uma abundante recolha e apreciação bibliográfica (prolonga-se por 150 páginas «in folio») sobre os autores «clássicos» portugueses e as suas obras, até ao final do séc. XVII. Segundo o testemunho de Inocêncio Francisco Silva, são «triviaes os erros, lacunas e confusões de toda a espécie» neste *Catalogo* e o seu autor limitou-se «a extrahir servilmente da *Bibliotheca* de Barbosa os nomes dos escriptores e indicações das obras» (I. Silva 1858, vol. 2, 55).

O *Diccionario* da Academia dá testemunho de um saber lexicográfico moderno, apoiado em boa reflexão teórica, esclarecida pela experiência portuguesa e estrangeira. Oferece, além da copiosa nomenclatura de «vocalos puramente Portuguezes» (Base VIII), rigorosamente alfabetados, uma boa estruturação dos artigos correspondentes a cada entrada. Compõem-se da classificação gramatical, com informações complementares sobre o género, o número, as irregularidades e as regências dos verbos; indicação sobre o uso ou variedade («facultativa, forense, mechanica, de província, vulgar, comica, proverbial, antiga ou antiquada»); a «definição, explicação ou descrição»; a etimologia; as variantes ortográficas (incluindo as variantes diacrónicas); a textualização autorizada; a abonação de epítetos para os substantivos, e de advérbios de modo (em *-mente* para os verbos; e, «no fim de cada vocabulo», acrescentam-se «os Adagios ou Proverbios, que lhe tocarem» (Base XVII) (Casteleiro 1981).

O *Diccionario* da Academia é o mais significativo empreendimento da exercitação normativa sobre a língua portuguesa, foi suscitado num momento de teorização linguística intensa, de teor nacionalista. O purismo, a defesa e o enriquecimento do idioma pátrio dominam o pensamento linguístico do final do séc. XVIII. O bom uso e as boas palavras portuguesas polarizam o convívio arcádico e ocupam as actividades da Academia das Ciências, que promove, a propósito, vários concursos, não só para a elaboração da gramática filosófica, mas também para a pesquisa lexical e lexicográfica que devia acompanhar a elaboração do grande Dicionário. Sirva de exemplo, o trabalho de António das Neves Pereira (†1818) *Ensaio crítico* – «Sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Século XV., e XVI.; e deixarão esquecer os que depois se seguirão até ao presente» (Pereira 1793).

4.4. No âmbito deste pensamento linguístico se enquadram também os vocabulários ortográficos acima referidos, bem como a obra de Rosa Viterbo e os vocabulários poéticos e para-literários, que merecem aqui um breve apontamento.

O *Elucidario* (cf. Viterbo 1798/1799) de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744–1822) feito com base (inconfesso furto) nos ms. de Fr. Bernardo da Encarnação (Fiúza 1965/1966, 53s.), é um valioso (apesar de incompleto) dicionário do português arcaico, compilado para facilitar a leitura do texto antigo documental. Forma, juntamente com a obra (ainda actual) de Fr. João de Sousa (1734–1812), *Vestigios da lingua arabica em Portugal, ou Lexicon etymologico de palavras e nomes portuguezes, que tem origem arabica* (1789) o primeiro conjunto de lexicografia de tipo filológico, testemunhando igualmente o interesse desta época pelos estudos lexicográficos e metalinguísticos.

Sumamente interessantes, pela sua originalidade dicionarística e pelo seu interesse linguístico, são os vocabulários feitos para socorro da prática literária.

O *Dicionário poético* (1765) de Cândido Lusitano (nome arcádico de Francisco José Freire, 1719–1773) prolonga na língua portuguesa a tradição dos dicionários de sinónimos e de epítetos latinos (nomeadamente o *Gradus ad Parnassum*) que lhe serviram de modelo e também de fonte para numerosas formas que transfere do latim ao português, contribuindo para acentuar a latinização da língua e da poesia portuguesa (E. Verdelho 1983).

Entre os dicionários para-literários do séc. XVIII tem sido esquecido o *Diccionario exegetico* (1781), «dado ao publico por hum anonymo» e que ainda hoje se mantém de autoria desconhecida. Trata-se de um dicionário in 8º pequeno, com cerca de 6.000 entradas distribuídas ao longo de 296 páginas, mais 15 com uma breve colecção de «Adagios selectos da lingua portugueza». A nomenclatura foi cuidadosamente escolhida, segundo previne o autor no «Prolegomeno», entre os «vocabulos menos vulgares», «os vocabulos mais castigados e de que so usão os Doutos». A par dos numerosos latinismos, grecismos, tecnicismos (sobretudo no âmbito da terminologia da retórica) este vocabulário oferece-nos o mais significativo produto da teorização linguística e poética daquele tempo, com grande relevo para o critério purista e para a valorização da literariedade ao nível da selecção lexical. Não teve reedições mas parece que era obra muito procurada ainda no séc. passado (I. Silva 1858–1958, vol. 2, 135).

O *Diccionario de consoantes* (1784) de Miguel do Couto Guerreiro (c. 1720–1793) é também um dos dicionários especiais auxiliares da exercitação literária, que começaram a aparecer na lexicografia portuguesa, a partir desta época. O apoio à prática versificatória era até então procurado em obras estrangeiras, e nomeadamente no tratado e glossário de Rengifo de que se conhecem exemplares em bibliotecas portuguesas. O Dicionário de rimas de Guerreiro vem integrado num conjunto editorial com o título *Tratado da versificação portugueza*, composto por três partes: um texto breve introdutório, sobre a técnica versificatória, segue-se o dicionário que se estende ao longo de 440 páginas (in 8º pequeno), e completa o volume um breve texto posfacial, em verso, sobre a teoria poética. As listas infindáveis de formas (mais de 30.000), subordinadas pela sua estrutura rimática, poderão fornecer preciosas informações para a história do vocabulário e do universo poético e também para a história da língua, nomeadamente no que respeita à inovação e à criatividade lexical. Sirva de exemplo o conjunto de formas subordinadas à rima *-ismo* que anda pela meia centena. Este paradigma flexional iria desenvolver-se sobretudo no séc. XIX.

A lexicografia de apoio à exercitação poética foi preenchida nos sécs. XIX e XX pela edição de vários dicionários de rimas (Eugénio de Castilho, Costa Lima, Guimarães Passos – brasileiro, Duque-Estrada, Visconde de Castelões) mas, até esta época, parece ter sido muito escassa a sua produção em Portugal. Desta mesma data, ou um pouco antes, guarda-se manuscrito (Bibl. Geral da Univ. de Coimbra, ms. 1082) um rimário feito sobre toda a obra de Camões (Verdelho 1984, 185).

Neste conjunto de lexicografia para-literária, caberá ainda uma referência aos dicionários de sinónimos que entraram no espaço metalinguístico português pela mão de Bluteau. Este notável patrono da dicionarística portuguesa acrescentou à parte II do *Suplemento do Vocabulario* (1728), um *Vocabulario de Synonimos, e Phrases Portuguezas* composto por mais de 2.000 entradas. Bluteau repercutiu em Portugal modelos recolhidos no contacto com o espaço cultural das suas raízes (nomeadamente dos franceses: A. de Montmérán *Synonymes et Epythètes*, 1645, e Girard *Justesse de la Langue Française. Traité de Synonymes*, 1718) e deu assim origem a uma especialização lexicográfica que tem uma assinalável importância para a exercitação literária em língua portuguesa e que foi continuada pelas obras do Cardeal Saraiva (1821), de José da Fonseca e Inácio Roquete (1830/1848, teve numerosas reimpressões até à actualidade), de Faria/Lacerda (1849/1858), João Felix Pereira (1885) e vários outros (E. Verdelho 1981). Os dicionários de sinónimos são expressamente orientados para o apoio à escrita elaborada, literária ou para-literária. São obras «que o homem de bom gosto poderá consultar com fruto, e em que o literato e o escritor publico acharão mais recursos para variar a frase e dar elegancia

ao estilo, do que em nenhum outro escrito deste género» (Roquete, Introdução ao *Dic. de Synonymos*; cf. Roquete/ Fonseca 1848).

5. *Lexicografia monolingue dos séculos XIX e XX*

A produção lexicográfica monolingue portuguesa do século XIX foi bastante abundante, sem todavia atingir um nível de qualidade e quantidade comparável ao de outras línguas europeias. Numa apreciação global, pode caracterizar-se pelos seguintes aspectos: 1) presença tutelar do dicionário de Morais Silva, que teve 7 reedições ao longo do século (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877/1878, 1891), sempre «acrescentadas e melhoradas», segundo a declaração dos editores, e que serviu de fonte e de modelo teórico para os restantes dicionários; 2) divulgação do dicionário de língua e sua adequação a manual escolar; 3) aparecimento de alguns grandes dicionários portugueses; 4) escassa renovação teórica e insuficiente pesquisa lexicográfica no âmbito da língua portuguesa.

5.1. O *Dicionário da língua portuguesa* composto por António de Morais Silva, ofereceu à lexicografia portuguesa um característico dicionário de língua, que se manteve até ao presente como exemplar manifestação de uma persistente tradição lexicográfica voltada para a recolha do léxico patrimonial e para a verificação do seu uso autorizado. As sucessivas reedições limitaram-se a actualizá-lo com acrescentos no domínio da nomenclatura e com mais algumas citações de novas palavras e frases que o «uso moderno dos bons escritores de todo o género» foi adoptando. O autor participou neste processo enriquecedor e actualizador, de maneira exclusiva até à 2ª edição e, de modo mais indirecto, na 3ª (1823), que saiu «mais correcta e acrescentada de cinco para seis mil artigos» sob a revisão de Pedro José de Figueiredo (1762–1826), e na 4ª (1831) que, saindo embora póstuma, foi «reformada, emendada e muito acrescentada» com base em manuscrito do próprio Morais Silva, e «posta em ordem, correcta e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos» por Teotónio José de Oliveira Velho (1776?–1837?). Estes reeditores, que participaram de maneira activa no processo de mutação política vivido em Portugal a partir de 1820, deram ao Dicionário um valor testemunhal sobre a importante renovação do léxico da vida pública, das ideias e das instituições portuguesas.

O *Dicionário* de Morais Silva, com um formato sempre volumoso, dividido em 2 grossos tomos, deveria ser um livro caro, pouco acessível ao público em geral e de manuseio pesado. Não deixou mesmo assim de ter uma larga recepção como se pode constatar pelo seu reconhecido sucesso editorial. Todavia, a par deste e de outros dicionários de vulto, novas exercitações de lexicografia monolingue são procuradas num mercado que se alarga consideravelmente ao longo do séc. XIX, acompanhando a democratização da frequência escolar e a generalização da comunicação pela escrita, com especial relevo para a literatura romanesca e para o jornalismo.

5.2. Os dicionários práticos, funcionais e de fácil utilização, instituíram-se, a partir do início do séc. XIX, como livros escolares e manuais auxiliares do uso quotidiano da língua. O primeiro publicado em Portugal foi o «*Novo Diccionario da Língua Portugeza*, composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, acrescentado de varios Vocabulos extrahidos dos Classicos Antigos, e dos Modernos de melhor nota, que se achão universalmente recebidos, Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1806. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço». O autor anónimo, claramente motivado pelo sentido prático da sua obra, esclarece, num breve prólogo (cabe na página inicial), que, «seguindo o exemplo de bons Diccionaristas», omitiu neste dicionário «as numerosas citações e allegações que occuparião huma boa parte do seu volume», e limitou-se a «dar a cada vocabulo as significações proprias e translatas, que se achão em nossos classicos e são conhecidas dos eruditos». Elaborou assim um volume in 4º

pequeno, que não vai além das 850 páginas (não tem numeração de página) e que oferece cerca de 30.000 entradas, distribuídas, com grande legibilidade, em duas colunas. O anonimato poderá justificar-se pela indissimulável proximidade em relação ao texto de Morais Silva.

Este dicionário não teve continuadores em Portugal, até à segunda metade do século. Entretanto, a lexicografia portuguesa transferiu-se durante cerca de três décadas para Paris, com a fixação de inevitáveis e prolongadas vias de influência e de dependência. Ali surgiram os decisivos modelos dos dicionários práticos, publicados por José da Fonseca e por Roquete, entre outros, e o primeiro dicionário etimológico da língua portuguesa, assinado por Constâncio.

Francisco Solano Constâncio (c. 1772–1846), que publicara já 4 edições de um dicionário bilingue francês-português e português-francês (1811/1820/1828/1834), editou também um *Novo Dicionario critico e etymologico da Lingua Portuguesa* (1836), um dicionário «mais amplo, completo e util que os já existentes, posto que menos volumoso, e mais comodo no preço» (do texto prefacial «Advertencia»; cf. Constâncio 1836). Trata-se de um volume in 4º grande, com perto de mil páginas, que, na realidade, excede um pouco a expectativa de um dicionário prático, quer pela sua configuração, quer pelas características da sua composição e pelos elementos de informação linguística que valoriza, especialmente a abundante acumulação sinonímica («com reflexões críticas»), que preenche as glosas, e sobretudo a análise etimológica. Sobretudo neste aspecto, o dicionarista revela um bom conhecimento da lexicografia europeia do tempo (a própria designação de «etimológico» começa a aparecer em dicionários franceses da década de 30). Cita na «Advertencia», aludindo à dificuldade de estabelecer boa doutrina etimológica, a obra do «profundo Horne Tooke» que «nem sempre acertou com a verdadeira origem das vozes» e os «Dictionarios inglezes de Johnson, e o recente de M. Webster, em Francez a obra de Court de Gébelin e o Dictionario de M. Dubois de Roquefort, o italiano da Crusca, assim como o allemão de Wachter, e os trabalhos dos eruditissimos R. e H. Etienne e do celebre Vossio». Todavia, o trabalho de Constâncio marca, neste ponto, e de um modo geral no respeitante ao estudo da formação das palavras, uma apreciada inovação na história da lexicografia portuguesa. Sendo uma obra mista entre o prático e o erudito, pode considerar-se, em todo o caso, mais próxima do dicionário manual, e assim foi interpretada pelo público, visto que a solicitação comercial lhe garantiu mais de uma dezena de edições (quatro até 1852).

A obra mais divulgada da lexicografia portuguesa parisiense e que pode ser tomada como referência modelo dos dicionários práticos, escolares, foi o «*Diccionario da Lingua Portuguesa*» de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado, por J-I. Roquete», publicado em 1848 (cf. Roquete 1848). José da Fonseca (c. 1788–1866) assinara já antes (Paris 1829) a publicação de um «*Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*», recopilado de todos os que até o presente se tem dado a luz» (cf. Fonseca 1829). Este dicionário foi reproduzido em várias reimpressões sem alteração (1830, 1833, 1836, 1840, 1843) e acompanhado, a partir de 1833, por um *Diccionario de Synonymos*, do mesmo autor (cf. Fonseca 1830) como se fosse um 2.º volume de uma única obra. Mas foi certamente José Inácio Roquete (1801–1870), apresentado como segundo autor, o principal responsável pela qualidade e funcionalidade do novo dicionário, publicado a partir de 1848, juntamente com o 2.º volume: *Diccionario dos synonymos, poetico e de epithetos da lingua portugueza* (cf. Roquete Fonseca 1848). Os dois volumes mantiveram sempre uma certa autonomia. O 2.º tem sido profusamente reeditado até aos nossos dias, mas o 1.º, que especialmente agora nos interessa, parece ter sido a obra que melhor correspondeu ao uso quotidiano, à solicitação popular e à institucionalização do estudo da palavra, no ensino secundário liceal. O seu espaço de recepção alargou-se muito para além dos «amantes da Litteratura Portuguesa» (que os editores do *Diccionario* de Morais Silva identificavam como seus destinatários), e, segundo o esclarecimento do autor, no «Prologo», passou a integrar «o homem de sociedade, o estadista, o orador parlamentar, o advogado, o publicista, o commerciante, o estudante de humanidades que não têm tempo para longas investigações». Todos estes devem dispor «d’um diccionario que lhes explique suc-

cintamente a significação das palavras portuguesas, e em que achem promptamente o que basta para bem conhecer a sua lingua e evitar frequentes erros». Roquete assumiu no «Prologo» da sua obra, a concepção do manual essencialmente utilitário: «Se o primeiro livro d'uma nação é, como disse um sabio francez, o dictionario de sua lingua, o livro de mais geral utilidade sera um dictionario manual em que, sem omittir nenhum dos vocabulos antigos e modernos, que são verdadeiramente da língua, se offereção aos nacionaes em volume commodo e portatil todas as accepções de bom cunho, desembaraçadas de muitas antiquadas e obsoletas que tanto pejão os dictionarios maiores, e que o illustrado uso tem reprovado como superfluas e de mau gosto». O *Diccionario* de Roquete, com a suas 50.000 entradas, com a simplificação dos artigos, com uma renovada informação gramatical (que inclui, entre outros aspectos, os regimes e as conjugações dos verbos irregulares), com uma opção ortográfica moderna e exemplar, com um preço certamente acessível (visto que foi reimpresso durante anos sucessivos, pelo menos até 1875), tornou-se o mais influente modelo para esta abundante produção dicionarística, que generalizou o uso do dicionário na escola, em casa e nos locais de trabalho.

Ainda em Paris, entre 1858 e 1879, foi impresso e reimpresso um «*Novo diccionario portatil da lingua portugueza*, compilado dos dictionários mais modernos», sob a direcção de Miguel Martins Dantas (†1910; cf. Dantas 1858).

A tradição dos dicionários de língua, breves e leves, teve no final do século passado e no início do presente um renovado impulso, especialmente motivado pela discussão ortográfica, pela actualização dos estudos filológicos e linguísticos, e sobretudo pelo incremento da escolarização. A par da designação geral de «Dicionários da língua portuguesa» apresentam em subtítulos um conjunto de qualificações que apontam no sentido da valorização das informações linguísticas («etimológico», «morfológico», «ortoépico», «ortográfico», «prosódico»), da sua orientação escolar («académico», «elementar», «do estudante», «escolar») e da sua acessibilidade comercial («popular», «portátil», «prático»). Poderão citar-se, neste âmbito, entre vários outros, os trabalhos de António José de Carvalho (?) e João de Deus (1830–1896), Francisco Adolfo Coelho (1847–1919), Agostinho de Campos (1870–1944), Francisco Torrinha (1879–1955), Augusto Moreno (1870–1955).

5.3. A divulgação do dicionário de língua e a sua adequação ao uso quotidiano e à exercitação escolar, constitui o facto mais relevante na história da lexicografia portuguesa dos séculos XIX e XX. O dicionário, omnipresente e sempre disponível, instituiu-se como texto fortemente padronizador da língua e como chave de acesso à significação de um vocabulário cada vez menos apoiado pela aprendizagem do latim, e cada vez menos imposto como exercício de memória, na programação escolar. A democratização do dicionário não esgotou, todavia, a reelaboração e o aprofundamento da pesquisa lexicográfica sobre a língua portuguesa. Em Portugal surgem, a partir da segunda metade do séc. XIX, alguns dicionários que, sem atingirem dimensões impressionantes, podem ser considerados grandes, tendo em conta o espaço editorial, científico e nomeadamente filológico da língua portuguesa. Entre eles, além do dicionário de Morais Silva, acima referido, podem incluir-se o *Novo diccionario da lingua portugueza* (1849) de Eduardo Faria e a correspondente sequência editorial de José Maria de Araújo Correia de Lacerda; o *Grande Diccionario Portugues ou Thesouro da Lingua Portugueza* (1871/1874) iniciado pelo Dr. Frei Domingos Vieira; o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza* (1881) feito sobre um plano de Francisco Júlio Caldas Aulete; o *Diccionario Universal Portuguez Illustrado* (1882ss.) editado por Henrique Zeferino de Albuquerque; o *Novo Diccionario da Língua Portuguesa* (1899) por Cândido de Figueiredo; o *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa* (1948–1958) por Artur Bivar; e o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1949–1959) sob o nome autoral de António de Morais Silva.

Estudos monográficos sobre a elaboração destes dicionários (até agora inexistentes), e em

especial sobre os problemas suscitados pela sua dispendiosa confecção material, muito poderiam contribuir para o esclarecimento da história da tipografia portuguesa e para a compreensão do ambiente cultural e em especial da linguística. Estas obras, ainda que possam ser relacionadas com modelos da lexicografia estrangeira, afirmam uma certa originalidade no espaço linguístico português. Têm entre si valor desigual e características muito diferentes, e pode dizer-se, numa apreciação global, que preenchem com bastante mérito, a lexicografia de uma língua que não chegou a produzir, durante dois séculos, um dicionário completo de academia.

5.3.1. Dicionários universais

Entre o conjunto de obras citadas, a que oferece menos originalidade é o dicionário universal editado por H. Z. de Albuquerque, coordenado e revisto primeiro por Francisco de Almeida (1838–1918) e a partir do 2.º tomo por José Fernandes Costa Júnior (1848–1920), é um trabalho enciclopédico, como o título indica, e não especificamente linguístico. Foi elaborado segundo o plano do *Larousse*, traduzindo em grande parte o texto francês. Teve todavia, a colaboração de «principaes escriptores» portugueses (entre os quais Camilo C. Branco que louvou publicamente a realização) e brasileiros. Por sua vez, a informação linguística, lexicográfica e gramatical, parece bastante criteriosa e abundante, com algum excesso de terminologias técnicas. A relação com os dicionários *Larousse* continuar-se-ia, na lexicografia portuguesa com o *Novo Diccionario Encyclopedico Luso-Brasileiro* organizado e publicado pela Livraria Lello em 2 volumes e com muitas reedições.

Outros dicionários universais foram publicados em Portugal. Alguns ficaram incompletos, mas reuniram ainda assim, um material lexicográfico considerável. O primeiro de entre eles foi o «*Diccionario Universal da Lingua Portugueza*, no qual se acham: –1º Todas as vozes da lingua portuguesa antigas e modernas, accentuadas segundo a melhor pronuncia, com as diversas accepções, etc. –2º os nomes proprios da fabula, historia e geographia antiga. –3º todos os termos proprios das artes, sciencias, officios, etc. –4º a etymologia das palavras, etc.» (Lisboa, na Imprensa Régia, distribuído por cadernos, com interrupções entre 1818 e 1823) parece ter terminado na letra *E* («Ezteri ... » 895). Dizia-se feito «por uma sociedade de litteratos» e julga-se que a edição foi inicialmente empreendida por Nicolau Perez (espanhol) e continuada por Inocêncio da Rocha Galvão (†c. 1864 no Rio de Janeiro).

Um segundo *Diccionario Universal da Lingua Portugueza* começou a ser publicado em 1844, (Lisboa, tip. António José da Rocha), por iniciativa do editor José António Coimbra, e sob coordenação e redacção de Pedro Ciríaco da Silva (†c. 1856) que tinha já colaborado no de 1818. A obra foi distribuída em «cadernetas» soltas com grandes interrupções até, pelo menos, 1859. Terá terminado pela letra *L*-, aquém das 1800 páginas.

O dicionário de Eduardo de Faria (1823–1860?) anunciava-se também como um dicionário universal, logo na página de rosto, em que, a par da informação linguística, naturalmente predominante (completada por um dicionário de sinónimos anexado a quase todas as edições), se acrescentava também, além das terminologias técnicas e científicas, uma nomenclatura toponímica – «Contendo todas as vozes da língua portugueza, antigas ou modernas, com as suas varias accepções, acentuadas conforme à melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinos, barbaros ou viciosos. – Os nomes proprios da geografia antiga e das principais terras de Portugal. – Todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e sua definição analytica». A informação enciclopédica era muito diminuta nesta primeira edição. Todavia, a obra, não obstante a inospitalidade crítica com que foi recebida, beneficiou de uma importante e inopinada divulgação com 7 reedições entre 1849 e 1874 (uma no Brasil). Correspondendo à crescente procura do público pela informação histórico-literária (verificava-se, nesse tempo, uma grande rarefação de lexicografia enciclopédica em Portugal),

os editores alargaram a nomenclatura histórica, literária, e enciclopédica em geral, com prejuízo da informação linguística. Nas últimas duas edições, assinadas por D. José M. A. A. Correia de Lacerda (que reelaborara já grande parte do texto de Faria, desde a edição de 1858), a obra passou mesmo a ser apresentada com o título de «*Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, para uso dos portuguezes e brasileiros, o mais exacto e mais completo de todos os Diccionarios até hoje publicados». E. de Faria (sem escrúpulos de atribuição de autoria e de propriedade literária) compôs um característico dicionário de acumulação de nomenclaturas, como ele proprio confessa no «Prologo»: «Reuni todos os Diccionarios Portuguezes que pude alcançar e tomando por base o melhor de entre elles, acrescentei-lhe todos os termos que não continha e que achei nos outros». Os artigos não têm citações, mas oferecem, por vezes, boas análises do espectro semântico dos lexemas. A obra foi muito censurada por jornalistas e estudiosos do tempo (entre outras «accusações gravissimas» considerou-se o trabalho «uma compilação feita ao acaso», denunciou-se o excessivo aproveitamento do francês Bescherelle, anotaram-se «definições confusas, muitas vezes defeituosas nas signifacções dos vocabulos, e disparatadas quasi sempre nas dos termos technicos ou scientificos; contradições flagrantes nas etymologias; etc.»; cf. Silva 1858–1958, vol. 2, 222), mas não deixou de marear uma forte presença no espaço dicionarístico português, e pode ser tomada como um excelente repositório para a história da língua e do vocabulário da técnica e da ciência nos meados do séc. XIX.

As últimas grandes tentativas portuguesas de elaboração de dicionarios universais tiveram lugar já no início do séc. XX. Salientamos entre eles a *Encyclopedia Portugueza Illustrada* (cf. Lemos s. d.) dirigida por Maximiano Augusto de Oliveira Lemos (1860–1923). Ao longo de 11 grandes volumes dá entrada a uma larga nomenclatura linguística com indicação de muitas etimologias, com registo de frases fixas e com bastantes abonações. Com o mesmo número de volumes, foi publicado em fascículos, ao longo da 2ª década, e destinado a um público popular, um *Diccionario Universal Illustrado Linguistico e Encyclopedico*, dirigido por Eduardo de Noronha, em que são predominantes a informação e nomenclatura enciclopédicas (cf. Noronha s. d.).

5.3.2. *O Dicionário tesouro de Domingos Vieira*

A obra mais volumosa e de mais trabalho original e mais especificamente linguística, entre a lexicografia portuguesa do séc. XIX, é o *Grande Diccionario Portuguez ou Tesouro da Lingua Portuguesa* pelo Dr. Frei Domingos Vieira (†1854), publicado em 5 volumes, no Porto, pelos livreiros Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, 1871 (aliás 1872), 1873 e 1874. O manuscrito de D. Vieira foi retomado, concluído e preparado para publicação por um conjunto de colaboradores, entre os quais foram dados a conhecer os nomes de Adolfo Coelho (1847–1919), já então conceituado como um dos «introdutores da ciencia filologica em Portugal», e de Teófilo Braga (1843–1924). O dicionário apareceu a público, anunciado como um trabalho de ciência renovada. O 1.º tomo abre com dois importantes textos de informação teórica e histórica, de cada um destes autores, respectivamente: «Sobre a lingua portugueza» e «Sobre litteratura Portugueza». No início do 2.º tomo, de modo a «não engrossar» a introdução do 1.º, apresenta-se uma «Chrestomathia historica da lingua portugueza». Estes textos, ainda que apresentados com uma certa autonomia em relação ao «corpus» lexicográfico, pressupõem entre os objectivos da organização do dicionário, um esclarecido predomínio da componente linguística e simultaneamente a escolha do texto patrimonial, com relevo para o literário, como fonte privilegiada para a pesquisa e caracterização do fundo lexical da língua portuguesa. A nomenclatura aparece multiplicada com formas flexionadas de vários lexemas, documentadas

frequentemente em extensas textualizações literárias. Um verbo, por exemplo, pode dar lugar a uma série de entradas, a partir das suas flexões, para além da forma do infinitivo, que se distribuem pela respectiva ordem alfabética, com as suas glosas plenas e abonações de «bons autores». Também esta obra suscitou ásperas dissensões no ambiente cultural português, mas a maioria dos literatos receberam-na auspiciosamente. Camilo C. Branco é um dos apologistas, observa que Fr. D. Vieira deixara o trabalho apenas bosquejado «e muito longe da sua plenitude em relação a este nosso tempo muito mais exigente em estudos filológicos do que na época em que o douto frade organisava o seu vocabulário» e acrescenta, justificando a excessiva extensão das transcrições que autorizam algumas formas: «Quem procura aquilatar o valor proximo e remoto da propriedade de um termo, de certo se não enfada com vel-o repetido e abonado com a authoridade de vários authores. Esta satisfação é uma das grandes benemerencias do Grande Diccionario» (*Primeiro de Janeiro* 1875, 1 de Abril). Entre as críticas da época, além da incriteriosa aceitação de formas «hapax» como «abrixar» e «agudar», a que mais avulta é a que lhe atribui uma excessiva dependência da informação etimológica alheia e das definições do francês Littré.

O *Grande Diccionario* de D. Vieira, no que respeita à sua técnica lexicografica, sofre de uma certa disformidade na selecção e estruturação da nomenclatura e no equilíbrio das citações. Todavia, o que mais lhe retira modernidade e lhe prejudica o seu aproveitamento actual é a deficiente qualidade e a insegurança no que respeita à lição do texto patrimonial citado nas abonações. Os autores estavam condicionados por um leque de edições pouco cuidadas sob o ponto de vista filológico, e em número relativamente reduzido, se atendermos ao espaço escritural da língua portuguesa entretanto recuperado.

5.3.3. *Diccionario contemporaneo Caldas Aulete*

Publicado em 1881, em Lisboa na Imprensa Nacional, o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza – Feito sobre um plano inteiramente novo*, foi o primeiro grande dicionário do séc. XIX que se manteve no mercado até à actualidade. Foi na sua maior parte elaborado por António Lopes dos Santos Valente (1839–1896), dando seguimento a um plano de Caldas Aulete (1823–1878) que faleceu quando a redacção do dicionário que ele dirigia, tinha apenas chegado ao final da letra A. O seu nome ficou todavia a prevalecer como referência autoral. No texto introdutório (23 páginas longas), sob o título de *Plano*, Caldas Aulete esboça uma incipiente reflexão lexicográfica que merece leitura, sobretudo pelo diagnóstico crítico sobre «o estado em que se acham os estudos da sciencia lexicologica» portuguesa. Trata-se de uma análise breve e não sistemática, nela se comparam excertos dos dictionarios de Roquete, de Lacerda e de Morais Silva, e se recolhem ainda muitos exemplos de erros de nomenclatura e de definições deficientes, repetidos em sucessivas edições, visto que os «dictionarios portuguezes geralmente adoptados no uso e no ensino são machinalmente copiados uns dos outros» (I). Este texto prefacial de Aulete (suprimido em todas as edições subsequentes), define alguns objectivos do trabalho e adianta esclarecedoras informações sobre as suas características, nomeadamente no que respeita ao âmbito muito alargado da sua nomenclatura. Não se trata de «um diccionario exclusivamente classico», limitado aos «vocabulos abonados pelos mestres da lingua», pelo contrário, acolhe «os neologismos sancionados pelo uso e pela necessidade, e os termos technicos, que, com o desenvolvimento da instrucção publica, tem passado para a litteratura e para a linguagem da conversação» e também «os archaismos, que com mais frequencia se encontram nos classicos dos seculos XVI e XVII, e aquelles que são radicais de palavras derivadas existentes na lingua actual» (I). Na explicitação do «plano», o autor distingue 4 «secções» ou parâmetros lexicográficos (XVI/ XXIII).

1) A «formação» das palavras, que inclui a via popular, a via literária (erudita), e ainda os estrangeirismos, os neologismos resultantes do percurso histórico da língua, a onomatopeia, e as terminologias da ciência e da técnica. A propósito da «formação», reflecte-se também sobre a analogia e sobre a etimologia.

2) A «orthografia» que se pretende predominantemente «fonética» para as «palavras populares» e «etymologica», para os «termos de origem erudita e historica».

3) A «pronunhação», para a qual se invoca a autoridade de Antonio J. Viale e Gonçalves Viana, e que se baseia no princípio simplista e tradicional, lapidarmente enunciado: «São as pessoas eruditas e illustradas da corte as que dão a lei e estabelecem o typo da mais aprimorada pronunhação das linguas». Parece ter tido escassa repercussão na feitura do dicionário.

4) A «significação» que se limita a uma brevíssima reflexão sobre as variações diacrónicas e estilísticas. Além destes aspectos, o «plano» acrescenta ainda algumas orientações para o tratamento da restante informação de índole gramatical e lexicográfica.

O dicionário de Caldas Aulete pode caracterizar-se em relação à dicionarística do seu tempo, por uma importante actualização da nomenclatura lexical da língua portuguesa, por um esforço de rigor na utilização e nas referências das abonações, pela informação etimológica e gramatical e por uma cuidadosa classificação das variedades diacrónicas, geográficas e estilísticas. O seu mérito pode em parte ser aferido pelo sucesso editorial. Teve as três primeiras edições em Portugal (1881, concluída por Santos Valente; 1925, sob a direcção de J. Timóteo da Silva Bastos; 1948/1952, actualizada por Vasco Botelho de Amaral e Frederico Guimarães Daupiás) e, pelo menos 5 edições no Brasil, a partir de 1958, consideravelmente aumentadas.

5.3.4. O *Novo dictionario da lingua portuguesa* de Cândido de Figueiredo, publicado justamente no fim do século, completa o ciclo dos dicionários de acumulação, que se caracterizam pela excessiva valorização da quantidade da nomenclatura. Neste dicionário, segundo o testemunho do autor, na «Conversação preliminar», retomam-se muitos textos do património escritural português ainda inexplorados pelos dicionaristas anteriores, especialmente de autores de teatro (António Prestes, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Simão Machado), de autores modernos (José Agostinho, Castilho, Latino, Herculano, Camilo) e outros («Só em António Vieira, se me depararam mais de quatrocentos vocabulos, que eu nunca vira em dictionarios. Em Gil Vicente e Filinto, mais numerosa foi ainda a colheita» «*Conversação preliminar*», VIII). Cândido de Figueiredo (1846–1925) alargou consideravelmente o espaço de inventariação do léxico português, pesquisando, além dos clássicos e das palavras de boa nota, todos os arredores marginais da língua culta comum («nada desperdicei do que fui colhendo: arcaísmos e neologismos, derivações violentas e até erroneas, termos de significação duvidosa ou obscura, tudo alphabetei e reproduzi, julgando cumprir um dever», *ib.*, VIII). Especialmente abundante foi a recolha de vocabulário coloquial e popular («a linguagem popular mereceu-me longos e especiais cuidados, que reverteram na colheita de mais de quatro mil vocabulos e locuções, que não andavam nos dictionarios», VII); de regionalismos («provincianismos» na terminologia do autor); de «brasileirismos»; e de terminologias da «tecnologia scientifica». A abundância da nomenclatura («muito mais de quarenta e quatro mil vocabulos, que não entraram nos mais recentes e menos imperfeitos dictionarios da lingua», vol. 2, 879, ao todo, cerca de 110.000 entradas distribuídas a duas colunas por dois volumes com 781 e 860 páginas) é acompanhada pela ausência quase geral de citações e por uma grande simplificação dos artigos, mantém todavia a informação gramatical e etimológica. O redactor socorre-se de uma tabela de 237 classificadores ou descritores, explicitados na «Chave de signaes e abreviaturas» apresentada no início do 1.º volume para facilitar a estruturação da glosa.

Cândido de Figueiredo retocou e ampliou ainda o seu dicionário em sucessivas edições (²1913/1914; ³1920/1922) até à 4ª, em 1926, que atingiu para cada volume 1110 e 1014

páginas. A obra foi ulteriormente revista e acrescentada por J. Guimarães Daupias e teve já cerca de 30 edições.

5.3.5. O *Dicionário geral e analógico da língua portuguesa* de Artur Bivar (1881–1946) foi publicado postumamente, sob a coordenação de Manuel dos Santos Ferreira e Maria Vitória Garcia dos Santos Ferreira. A obra divide-se em duas partes. A primeira é o «dicionário geral», que ocupa dois grossos volumes de cerca de 1500 páginas cada um (1948 e 1952), e que retoma, com leitura e redacção cuidadas, a nomenclatura e a substância lexical dos dicionários de Cândido de Figueiredo e de Caldas Aulete. É um dicionário que pode ser qualificado de tradicional. A segunda parte é o «dicionário analógico», um grosso volume de cerca de 1800 páginas (1958), que oferece, de modo inédito na história da lexicografia portuguesa, uma tentativa de hierarquização semântica do «corpus» lexical. A estrutura lexicográfica aproxima-se de um classificador enciclopédico. Todo o universo verbalizável, é organizado em grandes âmbitos semânticos («noções gerais»/«matéria»/«matéria e espírito – o homem»/«espírito») que se subdividem em capítulos, secções e alíneas, num processo de análoie e de crescente atomização, partindo do geral para o particular, de modo prático e sem constrangimento de doutrinas lógicas ou filosóficas. As definições breves são acompanhadas pela acumulação de formas semanticamente relacionadas: sinónimos, parassinónimos, hiperónimos, antónimos. etc. «Em vez de traduzir palavras por outras palavras, numa sequência de puras tautologias inventariadas alfabeticamente, o dicionário analógico ordena o seu recheio por famílias de ideias, sugerindo ao mesmo tempo as expressões que as traduzem em todas as modalidades. Partindo da ideia para a palavra, resolve uma dificuldade muito maior e mais frequente que a de seguir da palavra para a ideia. O processo de agrupamento utiliza a analogia – daí lhe vem o nome, a analogia de carácter semântico, dispondo em torno de uma ideia central todas as que lhe estão ligadas por conexão, quer dizer pelas relações de contiguidade espacial e temporal, de sinonímia e antonímia, de variação, de tantas outras cujos liames a psicologia estuda no capítulo <associação> de ideias» (Gaspar Machado, «Prefácio»). O dicionário analógico é indexado por uma numeração que se encontra referenciada nos artigos e nas acepções do dicionário geral, permitindo uma fácil remissão entre as duas partes.

Este dicionário parece particularmente adequado para o apoio à elaboração de texto escrito. Todavia, a sua volumosa configuração, devida sobretudo ao excessivo peso das terminologias técnicas e científicas, dificulta o seu manuseio e retira-lhe grande parte da sua funcionalidade. E assim, não obstante a sua originalidade, tem sido uma obra sem sequência editorial e, ao que julgamos, com escasso aproveitamento.

5.3.6. O *Grande dicionário da língua portuguesa* de António de Morais Silva, «10ª edição revista, corrigida, muito aumentada e actualizada» (12 vols., 1949–1959), constitui a última e, até ao momento, a mais importante realização da dicionarística portuguesa. Foi levada a cabo por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, retomando a obra do velho mestre do séc. XVIII, e acumulando a informação de grande parte da lexicografia subsequente. Colige uma abundantíssima nomenclatura (306.949 entradas), e assume-se como um dicionário geral da língua portuguesa, autorizado e acentuadamente histórico. Oferece ainda a mais completa análise de acepções e a mais extensa recolha de «unidades vocabulares compostas», conjuntos locucionais, sintagmas fixos, formas proverbiais, etc. O aspecto mais meritório deste empreendimento é justamente o da textualização sistemática e medianamente rigorosa do léxico português, variando e referenciando as abonações, recolhidas num alargado património escritural pancrónico, em que abundam também os autores modernos, portugueses e brasileiros. A obra esgotou-se com relativa rapidez no mercado livreiro e não foi reeditada. Sob pretexto de manuseabilidade, foi lançada a público uma versão parcial, designada «compacta» («*Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Edição compacta do texto fundamental do Grande Dicionário da Língua Portuguesa, segundo a 10ª edição revista») que é pouco menos que uma fraude editorial, porque se excluíram dela totalmente as abonações, mantendo uma

configuração de 5 pesados volumes com uma nomenclatura entumescida por uma grande quantidade de vocabulários especializados, de utilidade duvidosa, e que lhe retiram funcionalidade. Esta edição teve, entretanto, várias reimpressões.

5.3.7. Com o *Dicionário da língua portuguesa* (1976), vol. 1: *A – Azuverte*, a Academia das Ciências de Lisboa iniciou uma nova tentativa de publicação de um dicionário autorizado, institucional, da língua portuguesa. Tal como em 1793, este empreendimento, ambiciosamente concebido, não passou do 1.º volume (678 páginas) e foi suspenso antes de entrar na letra *B*. O plano fora apresentado por Jacinto do Prado Coelho, em Sessão Plenária da Academia (9/7/1959), e foi depois inserido, com algumas alterações, entre os textos introdutórios do volume. Previa a elaboração de um «dicionário selectivo» da língua portuguesa contemporânea (sécs. XIX e XX), constituído por 3 volumes duplos, num conjunto de 6 tomos. Ficou como texto documental, juntamente com toda a obra, a testemunhar, pela sua expectante incompletude, a necessidade, ainda não preenchida, de um dicionário da língua portuguesa contemporânea, «literária e corrente» e de um «dicionário da língua literária clássica» que sirva para manter a intercomunicação com o património literário português, um «dicionário académico» que «deveria utilizar largamente as autoridades da língua para abonar e concretizar o mais possível as acepções, os valores estilísticos e as circunstâncias contextuais do emprego» (XII).

Um novo projecto do dicionário da Academia está actualmente em plena elaboração, com outros objectivos, e com recurso a uma renovada metodologia lexicográfica.

6. Dicionários de especialização linguística e outros aspectos da lexicografia actual

A lexicografia portuguesa é uma das mais modestas entre as grandes línguas europeias. Não foi considerada, nesta resenha panorâmica, a produção do Brasil, que deve ser também apreciada como um contributo interessante para ampliar o espólio dicionarístico da língua portuguesa. Actualmente, o trabalho lexicográfico, em Portugal, como um pouco por todo o mundo, está implicado num processo de grandes transformações, condicionadas pelo rápido desenvolvimento das tecnologias de pesquisa e de tratamento informático. Entretanto a especialização das ciências da linguagem tem propiciado novas vias de análise do «corpus» léxico-gramatical, e tem dado lugar a uma elaboração dicionarística diversificada em função de objectivos específicos. A investigação lexicográfica tem sido orientada no sentido de produzir múltiplos instrumentos de apoio à escolarização da língua, ao estudo da sua história, ao levantamento das seriações e dos sistemas paradigmáticos, ao reconhecimento estatístico do vocabulário mais frequente do uso comum, e ainda a um renovado acesso ao património escrito e nomeadamente ao literário, indexando de modo exaustivo o «corpus» lexical de vários textos, de modo a facilitar a sua análise histórica, estilística e poética, detectando incidências e coincidências até ao nível dos microssignificantes. No âmbito desta diversificação fecunda, ainda que muito menos ampla do que seria de esperar, devem referenciar-se alguns trabalhos que se destacam pela sua divulgação ou pela sua originalidade e pelo seu interesse científico.

6.1. A *ortografia*, a uniformização e fixação das soluções ortográficas, e o apoio ao ensino e à prática normalizada, preenchem o domínio mais abundante da lexicografia linguística especializada portuguesa. A demora em instituir um código ortográfico oficial e legalmente sancionado (a primeira lei ortográfica portuguesa é de 1911), e as sucessivas discussões e alterações a que foi sujeito, até ao presente, explicam bem a dificuldade em induzir uma consciência linguística uniformizadora ao nível da prática individual da escrita. Assim, até à reforma ortográfica de 1911, publicaram-se listas e vocabulários ortográficos propondo soluções optativas de escrita. A obra mais completa, mais bem fundamentada, e que teve mais influência na ulterior oficialização da ortografia, foi o *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa* de A. R. G. Viana (1909) que apresenta ao longo das suas 900 páginas cerca

de 80.000 formas, acompanhadas de uma esquemática informação gramatical e de eventuais indicações ortoépicas. Entretanto, merecem também citação, neste âmbito, pelo seu interesse metalexigráfico, obras como: o *Diccionario da maior parte dos termos homonymos ...* (1842) de A. M. do Couto; a *Chave dos dictionarios* (1892), «por meio da qual se podem procurar todas as palavras nos dictionarios, e se obtem a ortografia dos vocabulos em todas as linguas, segundo o plano de P. Boissière, adaptada à indole e usos nacionais» por A. P. do Amaral; e ainda o *Diccionario Homophonologico da Lingua Portuguesa* (1901), «(unico no genero em Portugal). Colligido, coordenado, anotado e exemplificado, em harmonia com os mais recentes trabalhos orthoepicos, glottologicos, orthographicos, etymologicos, linguisticos, onomatologicos e logotechnicos», por A. P. D. de Vasconcelos (cf. Vasconcelos 1901). São trabalhos expressamente destinados a superar a relativa anarquia ortográfica que dificultava o acesso aos próprios dicionários. Depois da reforma ortográfica de 1911, a Academia das Ciências de Lisboa publicou, sob a direcção de Rebelo Gonçalves, um cuidadoso *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1940). Regista, na primeira parte, cerca de 140.000 entradas de vocabulário comum, com a respectiva informação gramatical e algumas indicações ortoépicas, na segunda parte acrescentam-se 17.000 entradas de nomes próprios. Este vocabulário foi aceite como referência normalizadora para a fixação da nomenclatura em quase todos os dicionários escolares e práticos publicados após a sua divulgação. A Academia publicou ainda, na sequência de uma recomendação da Conferência luso-brasileira (Protocolo de encerramento de 6 de Outubro de 1945, nº3), um *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa* (1947, reed. 1970), aceite também pela Academia Brasileira de Letras, que deveria constituir «o inventário das palavras básicas da Língua e o prontuário das alterações da escrita portuguesa consequentes do entendimento a que se chegara».

6.2. A *história da língua* suscitou um bom número de trabalhos de índole lexicográfica. Entre eles devem lembrar-se os *Dicionários etimológicos* de Antenor Nascentes (1932), de José Pedro Machado (1952–1959, revisto e melhorado na 2.^a ed. 1967), de A. Geraldo da Cunha (1982, 2.^a ed. 1986), e ainda o incompleto dicionário de Augusto Magne (1950–1954), as anotações históricas de Ramón Lorenzo *Sobre cronologia do vocabulário galego-português* (1968), e o *Dictionnaire Chronologique Portugais* (1976) de Dieter Messner. Seria oportuno acrescentar aqui, se não foram tão numerosos, a notícia dos glossários que têm acompanhado a edição de textos medievais e clássicos (→ 447). Em todo o caso, espera-se que os recursos técnicos da moderna lexicografia tragam a este domínio, uma rápida melhoria de produção, em quantidade e qualidade e um fácil acesso aos materiais elaborados.

6.3. *Dicionários paradigmáticos* pode ser a designação adoptada para as obras de teor lexicográfico que hierarquizam o vocabulário por classes de palavras, por categorias gramaticais ou por outros subsistemas morfológicos. Para o português, os mais divulgados, até ao momento, têm sido os dicionários de verbos (Lopes 1983; Nogueira ⁸1986), mas devem incluir-se também os dicionários de rimas (Guerreiro 1784; Castilho 1874; Lima 1904?/1914; Castelões 1951 – cf. E. Verdelho 1990), de monossílabos (Casanovas 1968) e, entre outros, os dicionários inversos (Wolf 1971).

6.4. *O Português fundamental* (1984–1987) corresponde a um projecto de pesquisa lançado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, com base na metodologia utilizada para a elaboração do *Francês Fundamental*. Foi iniciado em 1969 e apresentou a público os primeiros resultados, um vocabulário de 2217 palavras, em 1984, seguidos da publicação de textos complementares: *Métodos e Documentos*, vol. 1: Inquérito de Frequência (1987), vol. 2: Inquérito de Disponibilidade (1987). Trata-se de uma investigação inteiramente nova, em Portugal, sob o ponto de vista lexicográfico, porque aceita parâmetros essencialmente estatísticos de qualificação e de selecção do «corpus», e porque toma como objecto de observação e de análise a língua comum, em realizações predominantemente oralizadas, e não tanto o léxico textualizado em realizações escritas e geralmente literárias. Para além dos objectivos

pedagógico-didáticos que nortearam a composição e delimitação do pequeno vocabulário fundamental, a massa de dados recolhidos para este projecto, constitui uma fonte inexaurível, e desde agora indispensável, para qualquer empreendimento no âmbito da lexicografia geral da língua portuguesa.

6.5. A *lexicografia linguístico-literária* que oferece o levantamento exaustivo do «corpus» lexical de textos literários, ou de toda a obra dos autores, é ainda incipiente, no espaço da língua portuguesa, e está muito distante dos níveis quantiosos de produção que os novos recursos da informática vêm oferecendo em outras línguas. Temos notícia de muitos trabalhos parciais que foram abandonados ou se encontram inacabados e não foram ainda divulgados. Sirva de exemplo a obra de Camões, que, na sua totalidade, foi objecto de uma alfabetação e indexação exaustiva, concluída em 1985, por iniciativa de Aires do Nascimento, e todo esse conjunto de dados ficou sem receber publicação. Foi justamente sobre a obra de Camões, mais precisamente sobre *Os Lusíadas*, que se realizaram os principais trabalhos de lexicografia linguístico-literária da língua portuguesa. Entre muitos outros (Verdelho 1984), salientam-se: o *Dicionário d'Os Lusíadas* de Afrânio Peixoto (1924), o *Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas* de A. G. Cunha (1966, ²1980), o *Rimário de Os Lusíadas* de J. B. P. Sousa (1948, ²1983) e o *Índice Reverso de Os Lusíadas* (Verdelho 1981). Além dos trabalhos referentes à obra de Camões deve citar-se também um estudo pioneiro, ainda que muito parcelar, apresentado por Jean Roche: *Sobre o vocabulário da poesia portuguesa* (Paris 1975) em que se efectua um tratamento estatístico do vocabulário de 26 autores, de Sá de Miranda a Carlos Queirós.

7. Conclusão

A actividade lexicográfica recobre hoje múltiplas modalidades de serviços linguísticos e condiciona a escolarização da língua, a sua disponibilidade e o seu funcionamento a todos os níveis de comunicação. Todavia, o acompanhamento lexicográfico dos idiomas, progressivamente alargado e intensificado, parece corresponder, não tanto a um acerbamento do processo de comunicação verbal, mas sobretudo uma crescente dificuldade de descodificação. Na realidade, os dicionários surgiram inicialmente e desenvolveram-se, em todos os grandes idiomas modernos, sobretudo como instrumentos passivos, chaves de descodificação, apoiando a escolarização da língua, e especialmente a escrita e a leitura. Todavia, logo de início serviram também como instrumentos da estratégia activa da comunicação, apoiando a produção retórica e literária. Na história das lexicografias clássicas e modernas, muitas das obras mais interessantes foram coligidas sob o signo da erudição linguística, e confessadamente motivadas pelo enriquecimento da língua e da expressão, mais do que pela simples necessidade de acesso ao entendimento das palavras. No português essa tradição dicionarística foi também medianamente cultivada. A lexicografia de ilustração e de socorro ao ornamento escritural emparceirou sempre com os dicionários práticos, que se limitavam a dar acesso à compreensão e ao uso normal. O primeiro dicionário monolíngue português, lançado como volume autónomo e de manuseio aprazível, foi um dicionário poético (Lusitano 1764), um dicionário activo, promotor da ornamentação e da elegância. Todavia, a lexicografia portuguesa, pelas suas modestas proporções, assume neste aspecto uma escassa representatividade. Foi condicionada pela urgência das necessidades básicas do ensino da língua. Assim, o uso intenso do dicionário monolíngue coincide, em Portugal, com o início da escolarização da gramática do português (manual de A. José dos Reis Lobato, 1770–1772), e verifica-se também que o aumento da produção dicionarística (que oferece apenas acesso à significação e a uma norma ortográfica) vai acompanhar a par e passo o alargamento da instrução pública e a democratização da escrita. Em todo o caso, a lexicografia

linguístico-literária ocupou um lugar muito importante na história da produção dos dicionários de língua portuguesa e das outras grandes línguas. Actualmente, as exigências da comunicação essencialmente informativa, deixam pouco espaço para o cultivo da memória linguística erudita e ornamental. A procura lexicográfica actual é sobretudo determinada pelas necessidades elementares de descodificação. Os dicionários são agentes passivos da comunicação verbal e, nesta condição, são cada vez mais indispensáveis e necessários em maior número. O alargamento dos espaços de interacção nas comunidades humanas e as dominantes científica e tecnológica da civilização moderna, implicam as línguas em processos de especialização, e de classificação e designação, produzindo nomenclaturas, terminologias e inúmeros outros «corpus» lexicais particularizados. A lexicografia da língua portuguesa enfrenta nesta conjuntura uma perplexidade que preocupa todas as grandes línguas e que atinge todo o processo de comunicação verbal do Planeta. Mas antes ainda deste enquadramento, na babel tecnológica e científica, a língua portuguesa enfrenta muitos outros problemas que resultam da sua dispersão geográfica e internacional e da relativa marginalidade económica do seu suporte demográfico. Como quer que seja, a língua portuguesa carece urgentemente de uma decidida e ampla pesquisa lexicográfica que lhe permita, pelo menos, a renovação e a elaboração desde a origem, de equipamento dicionarístico no domínio da língua histórica; do português moderno e contemporâneo; dos dicionários práticos; dos vocabulários escolares; dos glossários de paradigmas gramaticais; das linguagens especializadas etc. O idioma português se pôde funcionar e servir durante os primeiros três séculos da sua história de língua escrita, sem dicionários, não pode agora, sem prejuízo grande da sua funcionalidade e do seu enquadramento nacional e internacional, descurar a sua elaboração lexicográfica, instituindo-a, se tanto for necessário, ao nível da responsabilidade dos estados.

8. Bibliografia

8.1. Bibliografia dos principais textos lexicográficos da língua portuguesa

Academia das Ciências de Lisboa, cf. *Diccionario da Lingoa Portuguesa 1793*, e *Dicionário da Língua Portuguesa 1976*.

Albuquerque, Henrique Zeferino de, *Diccionario Universal Portuguez Illustrado*, redigido «pelos principaes escriptores», Lisboa, Typ. do Diccionario Universal Portuguez, 1882ss.

Almeida, Francisco de, *Novo Diccionario Universal Portuguez*, («... nos moldes dos Diccionarios de Littré et Beaujean, Larousse, Bénard et Bescherelle»), 2 vol., Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1891.

Almeida, Francisco de/Brunswick, Henrique, *Diccionario Illustrado da Lingua Portuguesa* («Segundo o Methodo de Larousse»), 2 vol., Lisboa, Pastor, 1898.

Almeida, Manuel de, *Vocabulario onomastico português*, Porto, Coelho & Silva, 1929.

Amaral, António Peixoto, *Chave dos Dicionarios*, Porto, Lopes 1892.

Aulete, Júlio Caldas, *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa feito sobre um plano inteiramente novo*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Bacelar, Bernardo de Lima e Melo, *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, Aquino Bulhoens, 1783.

Bandeira, José da Silva, *Diccionario de Synonimos da Lingua Portuguesa*, Coimbra, Tip. Gráfica Conimbricense, 1923.

Barbosa, Agostinho, *Dictionarium Lusitanicolatinum*, Braga, Basto, 1611.

Barbosa, Osmar, *Dicionário de Sinónimos comparados*, Rio de Janeiro, Ouro/Tecnoprint, 1964.

- Bastos, José Timóteo da Silva, *Diccionario Etymologico, Prosodico e Orthographico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Pereira, 1912 (²1928).
- Bergstrom, Magnus/Reis, Neves, *Prontuário Ortográfico e Guia da língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Notícias, ¹²1979.
- Bessa, Alberto, *A Linguagem Popular. I – A Gíria Portuguesa. Esboço de um Diccionario de «Calão»*, Lisboa, Gomes de Carvalho, 1901.
- Bivar, Artur, *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*, coordenação de Manuel dos Santos Ferreira e Maria Vitória dos Santos Ferreira, vol. 1 (1948), vol. 2 (1958), Porto, Edições «Ouro», 1948–1958.
- Bluteau, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. 1–4, Coimbra, Colegio dos Artes, 1712–1713; vol. 5–8, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1716–1721, *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*, 2 vol., Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1727, Patriarcal Officina da Musica, 1728 (o *Suplemento* inclui um *Vocabulario de Synonimos e Phrases Portuguezas*, vol. 2, 54–424).
- Brunswick, Henrique, *Diccionario da Antiga Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Lusitana, 1910.
- Brunswick, Henrique, *Diccionario de Synónimos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Pastor, 1899.
- Camacho, Alfredo, *O nosso Dicionário*, Lisboa, Didáctica, s. d. (1979).
- Campos, Agostinho de, *Dicionário da Língua Portuguesa para Uso das Escolas*, com revisão ortográfica Lisboa, Bertrand, ³1948, (¹1938?).
- Cardoso, Jerónimo, *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, Lisboa, Álvares, 1562.
- Carmelo, Fr. Luís do Monte, *Compendio de Orthografia*, Lisboa, Rodrigues Galhardo, 1767.
- Carter, Henry Hare, *A Fourteenth-Century Latin-Old Portuguese Verb Dictionary*, RPh 6:2/3 (1953), 71–105.
- Carvalho, António José de/Deus, João de, *Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil*, Lisboa, Pacheco e Barbosa, 1877; («oitava edição revista e muito augmentada»: Porto, Lopes/Rio de Janeiro, Schmidt, 1905).
- Casanovas, Carlos Francisco de Freitas, *Dicionário Geral de Monossílabos*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968.
- Castelões, Visconde de, *Dicionário de Rimas*, Porto, Barreira, 1951.
- Castilho, Eugénio de, *Dicionário de Rimas Luso-Brasileiro*, Lisboa, C. S. Afra, s. d. (1874?; 2.^a ed. muito corrigida e copiosamente acrescentada, Lisboa, Ferreira, 1886).
- Coelho, Francisco Adolfo, *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa*, Lisboa, P. Pantier, 1890.
- Coimbra, José C. Antunes, *Novíssimo Dicionário Prosódico e Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Franco, s. d. (1936).
- Constâncio, Francisco Solano, *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Língua Portuguesa*, Paris, Casimir, 1836.
- Correa, Carlos Alberto, *Dicionário Geral da Língua Portuguesa*, Lisboa, Império, 1933 (não passou do 1.^o volume, 1100 p. «Alzoyate»).
- Cortesão, António Augusto, *Subsídios para um dicionario completo (historico-etymologico) da língua portuguesa*, Coimbra, França Amado, 1900-1901.
- Costa, Agenor, *Dicionário de Sinónimos e Locuções da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- Costa, Joaquim Almeida/Melo, António Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, ⁶1987.
- Couto, António Maria do, *Diccionario da Maior Parte dos Termos Homonymos e Equivocos da Língua Portuguesa*, Lisboa, António José de Rocha, 1842.
- Cunha, António Geraldo da, *Índice Analítico de «Os Lusíadas»*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966 (²1980).
- Cunha, António Geraldo da, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982 (²1985).

Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Influência do Vocabulário português em línguas asiáticas*, Coimbra, Universidade, 1913.

Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2vol., Coimbra, Universidade, 1919 e 1921 (reed. Hamburgo, Buske, 1982).

Dantas, Miguel Martins, *Novo Dicionario Portatil da Lingua Portuguesa*, Paris, Aillaud/Guillard, 1858.

Deus, João de, cf. Carvalho 1877/1905.

Diccionario Exegetico que Declara a Genuina e Propria Significação dos Vocabulos da Língua Portuguesa, dado a publico por um anonymo, Lisboa, Ameno, 1781.

Diccionario Geral da Lingua Portuguesa, por três litteratos nacionais, 3 vol., Lisboa, Imprensa Régia, 1818-1821.

Diccionario da Lingoa Portuguesa, publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1 vol. Lisboa, Academia, 1793.

Diccionario da Lingua Portuguesa Etymologico, Prosodico e Orthographico, Lisboa, Corazzi, ²1884.

Dicionário da Língua Portuguesa, [publicado pela] Academia das Ciências de Lisboa, vol. 1, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976.

Dicionário Medieval Alcobacense de Verbos, ms. CDIV/286, cf. Carter 1953.

Diccionario Portatil Portuguez, 2 vol., Lisboa, Souza, 1853.

Dicionário de Português: Dicionários «Estudante», Porto/Lisboa, Fluminense/Porto Editora, 1975.

Dicionário de Sinónimos, compilação da Tertúlia Edípica, Porto, Porto Editora, 1985.

Diccionario Universal da Lingua Portuguesa, Lisboa, Imprensa Régia, 1818-1822.

Diccionario Universal da Lingua Portuguesa, Lisboa, António José da Rocha, 1844-1859.

Diccionario Universal da Lingua Portuguesa, por uma sociedade de Litteratos, Lisboa, P. A. Borges, 1845 (apenas o 1.º vol., 1060 p. «Dziggetai»).

Dozy, Reinhart P.A., cf. Engelmann.

Duncan Jr., John C., *A frequency dictionary of portuguese words*, 2 vol. Michigan, University MicroFilms International, 1971.

Duque-Estrada, Osório, *Rimas Ricas (Dicionário completo)*, Rio de Janeiro, Ribeiro dos Santos, 1915.

Engelmann, Wilhelm Herman, *Glossaire des mots espagnoles et Portugais dérivés de l'arabe*, Leyde, Brill, 1861 (2.ª ed. «revue et très considérablement augmentée» por Reinhart Dozy, Leyde/Paris, 1869; repr. Amsterdam, Oriental Press, 1982).

Faria, Eduardo de, *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*, seguido de um *Diccionario de Synonimos*, Lisboa, 1849 (²1850–1853, ³1855–1857; cf. Lacerda 1858/1859).

Feijó, João de Morais Madureira, *Orthographia, ou Arte de Pronunciar com Acerto a Lingua Portuguesa*, Lisboa, Rodrigues, 1734.

Fernandes, Francisco, *Dicionário de Verbos e Regimes*, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Globo, ³⁴1985 (¹1940).

Fernandes, Francisco, *Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos*, Rio de Janeiro, Globo, ²⁸1987 (¹1950).

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975 (2.ª ed. rev. e aum. 1986).

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Médio Dicionário – Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

Figueiredo, António Cândido de, *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899 (²1913, ³1922, ⁴1925; ²³1986).

Figueiredo, António Cândido de, *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, Amadora, Bertrand, ¹²1978 (¹1924).

- Fonseca, Henrique Quirino da, *Memorial dos adjectivos da língua portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica, 1921.
- Fonseca, José da, *Diccionario de Synonymos Portuguezes*, Paris, Aillaud, 1830 (apresentado como parte segunda do seguinte).
- Fonseca, José da, *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, Paris, Aillaud, 1829 (cf. Roquete 1848).
- Fontinha, Rodrigo, *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, revisto pelo Dr. Joaquim Ferreira, Porto, Barreira, s. d. (1957).
- Franco, António, *Indiculo Universal. Contem distinctos em suas classes os nomes de quazi todas as cousas que ha no mundo, & os nomes de todas as Artes e Sciencias* («Feito Francez Latino pelo P. Francisco Pomey... Feito novamente Luzitano Latino... »), Évora, Universidade, 1716.
- Freire, Francisco José, cf. Lusitano 1765.
- Góis, Carlos, *Diccionario de affixos, desinencias e outros elementos de composição*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1913 (⁴1946).
- Gonçalves, Francisco Rebelo, *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1966.
- Guerreiro, Miguel do Couto, *Diccionario de Consoantes*, 2.^a parte do *Tratado da Versificação Portugueza*, Lisboa, Ameno, 1784.
- Lacerda, José Maria de Almeida e Araujo Correia de, *Diccionario da Lingua Portugueza de Eduardo de Faria*, 4.^a ed... refundida, correcta e augmentada ... , seguido de um *Diccionario de Synonymos*, 2 vol., Francisco Artus da Silva, 1858/1859.
- La Fayette, Levindo Castro de, *Novo Vocabulario Universal da Lingua Portugueza*, Paris, Garnier, 1889.
- Lapa, Albino, *Diccionario de Calão*, Lisboa, Sociedade Gráfica Nacional, 1959 ²1974).
- Lemos, Maximiano Augusto de Oliveira, *Encyclopedia Portugueza Ilustrada e Diccionario Universal*, 11 vol., Porto, Lemos e Sucessor, s. d.
- Lexilello: Novo dicionário da língua portuguesa*, 5 vol., Porto, Lello & Irmão, 1989.
- Lima, João Pereira da Costa, *Diccionario de Rimas, para uso de portugueses e brasileiros*, Lisboa, Santos e Vieira, ²1914 (1.^a ed. ant. 1904).
- Lopes, João Antunes, *Dicionário de Verbos*, Porto, Lello & Irmão, 1983.
- Lorenzo, Ramon, *Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português. Anotações ao Dicionário Etimológico de José Pedro Machado*, Vigo, Galaxia, 1968.
- Luft, Celso Pedro, *Dicionário Prático de Regência Verbal*, São Paulo, Ática, 1987.
- Lusitano, Cândido, *Diccionario Poetico*, Lisboa, Ameno, 1765 (³1820).
- Machado, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Confluência, 1952–1959, ²1972.
- Machado, José Pedro, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7 vol., Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1958–1971.
- Machado, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vol., Lisboa, Confluência, s. d. (1987).
- Magne, Augusto, *Dicionário da Língua Portuguesa, especialmente dos Períodos Medieval e Clássico*, 2 vol., Rio de Janeiro, 1950–1954.
- Marques, Gaspar Álvares, *Novissimo Diccionario Orthographico e Prosodico da Lingua Portugueza*, Lisboa, Lallement Frères, 1881.
- Marques, Gaspar Álvares, *Vocabulario Orthographico da Lingua Portugueza*, Lisboa, Tip. Universal, 1866.
- Mascarenhas, Joaquim Augusto de Oliveira, *Archaismos* (copia resumida de Viterbo), Lisboa, Companhia Nacional, 1892.

- Mello, Alfredo Leite Pereira de, *Dicionário de Sinónimos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tertúlia Edífica, 1949.
- Mendes, Fernando, *Diccionario da Lingua Portuguesa (Prosodico e orthographico)*, 2vol., Lisboa, João Romano Torres, 1904/1905.
- Mengo, Francisco da Silva, *Diccionario de nomes de baptismo*, Porto, Tip. Elzeviriano, 1889.
- Messner, Dieter, *Dictionnaire Chronologique Portugais*, Heidelberg, Winter, 1976.
- Moreno, Augusto, *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa, Ortoépico, Ortográfico e Etimológico*, com um Glossário de Arcaísmos e uma lista das principais locuções estrangeiras aplicáveis em Português, Porto, Educação Nacional, 1936 (8.^a ed. rev. e acer. por F. J. Cardoso Júnior e J. Dias da Silva, 1971).
- Moreno, Augusto, *Dicionário Elementar da Língua Portuguesa, Ortoépico, Ortográfico e Etimológico*, Porto, Sequeira, 1934.
- Moreno, Augusto, *Dicionário Popular*, Porto, s. d.
- Nascentes, Anterior, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Alves, 1932.
- Nobre, Eduardo, *Dicionário de Calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- Nogueira, Rodrigo de Sá, *Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados*, Lisboa, Livraria Clássica, ⁸1986.
- Noronha, Eduardo de, *Diccionario Universal Ilustrado Linguistico e Encyclopedico*, Lisboa, João Romano Torres, s. d.
- Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1806.
- Nunes, José Joaquim Nunes, *Contribuição para um dicionário da língua portuguesa arcaica*, RLus 27 (1929), 5–79.
- Peixoto, Afrânio/Pinto, Pedro A., *Dicionário d'Os Lusíadas de Luis de Camoes*, Rio de Janeiro, Alves, 1924.
- Pereira, Bento, *Thesouro da Língua Portuguesa*, Lisboa, Craesbeeck, 1647.
- Pereira, João Félix, *Os Synonymos e Homonymos da Lingua Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, 1885.
- Pereira (Majopera), Manuel José, *Dicionário de Sinónimos da Língua Portuguesa*, Cucujães, Escola Tipográfica, 1940.
- Pestana, José/Pereira, J. A. Dias, *O novo dicionário português*, Porto, (1913).
- Piel, Joseph M., *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1936-1945.
- Português – Dicionários «Académicos»*, Porto, Porto Editora, 1979.
- Português Fundamental*, vol. 1: *Vocabulário e Gramática*, t. 1: *Vocabulário*, 1984; vol. 2: *Métodos e Documentos*, t. 1: *Inquérito de Frequência* (Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Lúcia Garcia Marques, Maria Luísa Segura da Cruz), t. 2: *Inquérito de Disponibilidade* (Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Paul Rivenc, Maria Luísa Segura da Cruz), 1987, Lisboa, INIC/Centro de Linguística, 1984–1987.
- Roche, Jean, *Sobre o vocabulário da poesia portuguesa*, Paris, Centro Cultural Português, 1975.
- Rodrigues, Francisco Augusto Xavier, *Vocabulario ortografico da lingua portuguesa*, Lisboa, Guedes & Saraiva, 1912 (²1915).
- Roquete, José Inácio, *Diccionario da Lingua Portuguesa de José da Fonseca*, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por José Inácio Roquete, Paris/Lisboa, Guillard/Aillaud, 1848.
- Roquete, José Inácio/Fonseca, José da, *Diccionario dos Synonymos, Poetico e de Epithetos da Lingua Portuguesa*, Paris, Aillaud, 1848.
- Saraiva, Cardeal (D. Francisco de S. Luís), *Ensaio sobre Alguns Synonymos da Lingua Portuguesa*, vol. 1 (1821), vol. 2 (1828), Lisboa, Academia, 1821/1828.

- Saraiva, Cardeal (D. Francisco de S. Luís), *Glossario das Palavras e Phrases da Lingua Franca*, que por descuido, ignorancia ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna, com o juizo critico das que são adoptaveis n'ella, Lisboa, Academia, 1827.
- Saraiva, Cardeal (D. Francisco de S. Luís), *Glossario dos Vocabulos Portuguezes Derivados das Línguas Orientais e Africanas, Excepto a Arabe*, Lisboa, Academia, 1837.
- Silva, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado, Lisboa, Ferreira, 1789 (²1813: repr. facsimilada Rio de Janeiro, Fluminense, 1922; ³1823, ⁴1831, ⁵1844, ⁶1858, ⁷1877/1878, ⁸1891, 9.^a ed. s. d.).
- Silva, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 12 vol., 10.^a ed. rev. corr. aum. actualizada ... por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, Lisboa, Confluência, 1949–1959.
- Silva, Emídio/Tavares, António, *Dicionário dos Verbos Portugueses: Conjugação e Regências*, Porto, Porto Editora, 1977.
- Silva, Fernando J. da, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Domingos Barreira, s. d.
- Sousa, Albano de, *Dicionário popular da língua portuguesa ortográfico e prosódico*, Porto, ²1918.
- Sousa, Fr. João de, *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, Lisboa, 1789 (reed. acrescentada e anotada por Fr. José de Santo António Moura ... 1830, reed. facsimilada da 1.^a prefaciada por A. Farinha de Carvalho 1981).
- Sousa, Judith Brito de Paiva e, *Rimário de Os Lusíadas*, Rio de Janeiro, Edições Pedagógica, 1948 (²1983).
- Taunay, Affonso D'Escragnolle, *Lexico de lacunas, Subsídios para os dictionarios da lingua portugueza*, Tours, Arrault, 1914.
- Torrinha, Francisco, *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Para os estudantes e para o povo. Ortográfico, prosódico e morfológico*, Porto, Simões Lopes, 1931.
- Torrinha, Francisco, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Barreira, 1945.
- Valente, António dos Santos, cf. Aulete 1881.
- Vasconcelos, Augusto Pinto Duarte, *Diccionario Homophonologico da Lingua Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, 1901.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, Lisboa, Livraria Clássica 1922 (aliás 1920; sep. da RLus 23).
- Vasconcelos, José Leite, *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.
- Verdelho, Telmo, *Índice Reverso de «Os Lusíadas»*, Coimbra, Bibl. Geral da Univ., 1981.
- Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves, *Apostilas aos dicionários portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica, 1906.
- Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves, *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica, 1909.
- Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves, *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica, 1912.
- Vieira, Fr. Domingos, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, 5 vol., Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871–1874.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Diccionario portatil das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarão*, Coimbra, Universidade, 1825.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Lisboa, 2 vol., Ferreira/Régia Silvana, 1798/1799 (²1865; ed. crítica por Mário Fiúza, 2 vol., Porto, Civilização, 1965/1966; reimpr. 1983/1984).
- Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, [publicado pela] Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1940.

Wolf, Elena M., *Dicionário Inverso da Língua Portuguesa*, Moscovo, Nauka, 1971.
Z.Z., *Supplément aux dictionnaires étymologiques portugais*, Porto, Pereira, 1902.

8.2. Bibliografia geral

Almeida, Átila de, *Dicionários parentes e aderentes*, uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa, João Pessoa, FUNAPE/Nova Stela, 1988.

Almeida, Horácio de, *Catálogo de dicionários portugueses e brasileiros*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1983.

Almeida, Justino Mendes de, *Lexicógrafos portugueses de língua latina*. 1. *O primeiro lexicógrafo português da língua latina: Jerónimo Cardoso*, *Evphrosyne* 2 (1959), 139–152; 2. *Agostinho Barbosa: o segundo lexicógrafo português da língua latina*, *Revista de Guimarães* 75:1/4 (1965), 31–40; 3. *A Prosódia de Bento Pereira*, *ib.* 77:1/2 (1967), 5–12; 4. *O Dicionário Lvsitanico-latino de Frei Pedro de Poyares*, *ib.* 12–17; 5. *A Porta de línguas (Ianva lingvarum)*, de Amaro de Roboredo, *ib.* 79:1/2 (1969), 5–7; 6. *A «Amalthea sive hortus onomasticus» do P. Fr. Tomás da Luz*, *ib.* 7–13; 7. *O «Vocabulario portuguez, e latino» de D. Rafael Bluteau*, *ib.* 13–27; 8. *O «Apparato critico para a correção do dicionario intitulado Prosodia in vocabularium bilingue digesta», de António Pereira de Figueiredo*, *ib.* 27–36; 9. *O Dicionario portuguez, e latino, do Padre Carlos Folqman*, *ib.* 36–40; 10. *O «Breve dicionario da latinidade pura e impura», de António Pereira de Figueiredo*, *ib.* 79:3/4 (1969), 193–198; 11. *Os Dicionários de Pedro José da Fonseca*, *ib.* 198–210; 12. *O Magnum lexicon, de Frei Manuel de Pina Cabral*, *ib.* 210–216; 13. *O Dicionario portuguez-francez-e-latino novamente compilado por Joaquim José da Costa e Sá*, *ib.* 216–326; 14. *O dicionario latino, e portuguez, por Damião de Froes Perim (Fr. João de S. Pedro)*, *ib.* 82:3/4 (1972), 151–162; 15. *Nomenclatura port., e latina*, *ib.* 163–168.

Bibliografia Filológica Portuguesa (Dicionários, Gramáticas, Ortografias, etc.), Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, foram publicadas 1544 fichas entre 1935 e 1950.

Bluteau, Rafael, *Prosas portuguesas*, vol. 2, Lisboa, José António da Silva, 1728.

Boaventura, Frei Fortunato de São, *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaca*, Lisboa, 1827.

Carter, Henry Hare, *A Fourteenth-Century Latin-Old Portuguese Verb Dictionary*, RPh 1953, 71–105.

Casteleiro, João Malaca, *Estudo Linguístico do 1.º Dicionário da Academia (1793)*, Sep. de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa 22 (1981), 47–63.

Cunha, António Geraldo da, *Dicionário etimológico e histórico da língua portuguesa – modelos de verbetes*, *Arquivos do Centro Cultural Português* 23 (1987), 189–198.

Ferreira, José de Azevedo, *Alphonse X Primeyra Partida. Edition et Étude*, Braga, INIC, 1980.

Ferreira, José de Azevedo, *Afonso X Foro Real*, vol. 1, edição e estudo linguístico, Lisboa, INIC, 1987.

Fiúza, Mário, *Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. Elucidario*, 2 vol., Porto, Civilização, 1965/1966.

Galvão, Ramiz, *Lexicologia portugueza. Os melhores léxicos*, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, 51 (1936), 182–201.

Gonçalves, Rebelo, *Plano geral do «Dicionário da língua portuguesa»*, *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* 13, 1941 (sep. 21 p.).

Macedo, Agostinho José da Costa de, *Catalogo dos livros que se hão de ler para a continuação do Dicionario da Lingua Portugueza*, mandado publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Tip. da Academia, 1799.

- Machado, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vol., Coimbra, Atlântida, 1965-1967 (1741-1759).
- Meier, Harri, *António de Moraes Silva, Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, rec. crítica, *BolFil* 9:4 (1948), 396-397.
- Melo, Gladstone Chaves de, *Dicionários portugueses*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- Moraes, Clóvis B. de, *Defeitos e Deficiências dos Dicionários Portugueses*, *EL* 6 (1984), 169-180.
- Nascimento, Maria Fernanda Bacelardo/Cruz, Maria Luísa Segura da, *Para um dicionário contextual do português*, *ACILPR* XVII, 3, 1985, 239-251.
- Pereira, António das Neves, *Ensaio Critico Sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV.; e deixarão esquecer os que depois a seguirão até ao presente* [1793], *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia das Ciências* 4 (1793), 339-466, 5 (1793), 152-252.
- Riché, Pierre, *Les écoles et l'enseignement dans l'Occident chrétien – de la fin du V^e siècle au milieu du XI^e siècle*, Paris, Aubier Montaigne, 1979.
- Silva, Inocêncio Francisco da, *Dicionário bibliográfico português*, 23 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1958, reimpr. facsimilada, ib. 1973.
- Silveira, Joaquim da, *Erros nos dicionários da língua*, Figueira da Foz, 1951.
- Taunay, Affonso D'Escragnolle, *Inópia científica e vocabular dos grandes dictionários portuguezes*, São Paulo, Imprensa Oficial, 1932.
- Teyssier, Paul, *Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise*, *BEPB* 41 (1980), 77-32.
- Verdelho, Evelina, *Dicionários de rimas da língua portuguesa*, in: *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia, 26/27 Junho 1990*, Lisboa, Universidade Nova, 1990, 257-276.
- Verdelho, Evelina, *Lexicografia sinonímica portuguesa: O Vocabulário de Synonimos, e Phrases, de Rafael Bluteau; e o Ensaio sobre Alguns Synonymos do Cardeal Saraiva*, *Biblos* 57 (1981), 171-221.
- Verdelho, Evelina, *Sobre o Dicionário Poético de Cândido Lusitano*, *BF* 28 (1983), 269-303.
- Verdelho, Telmo, *Os dicionários bilingues até ao fim do séc. XVIII, fonte privilegiada da lexicografia portuguesa*, in: *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia, 26/27 Junho 1990*, Lisboa, Universidade Nova, 248-256.
- Verdelho, Telmo, *Latinização na história da língua portuguesa – o testemunho dos dicionários*, *Arquivos do Centro Cultural Português* 23 (1987), 157-187.
- Verdelho, Telmo, *Levantamento lexical da obra de Camões*, *Revista da Univ. de Aveiro/Letras* 1 (1984), 167-191.
- Verdelho, Telmo, *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, diss. de doutoramento Univ. de Aveiro, 1988.
- Verney, Luís António, *Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa, Sá da Costa, 1949 (1747).
- Wolf, Elena M., *O dicionário inverso e a investigação linguística*, *LC* 3, 1973 (sep.).

Telmo Verdelho, Aveiro